

Projeto de Lei nº 1.999, de 2011

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com águas minerais e águas gaseificadas.

AUTOR: Dep. MARCOS MONTES

RELATOR: Dep. JÚNIOR COIMBRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.999, de 2011, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pis/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações com águas minerais e águas gaseificadas.

Segundo o autor, dentre as muitas distorções da tributação brasileira, o injusto regime de tributação da atividade de envase e gaseificação de água mineral se destaca. Essa atividade tem tratamento quase idêntico ao da produção de cerveja e refrigerantes. Por ser a água um bem essencial à vida, não pode ser tributado em condições equivalentes às de bebidas que não são vitais para o ser humano.

O Projeto de Lei foi encaminhado preliminarmente à Comissão de Minas e Energia, onde foi aprovado nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos. Posteriormente, foi enviado à Comissão de Finanças e Tributação, não tendo recebido emenda no prazo regimental.

É o relatório.

Comissão de Finanças e Tributação

II - VOTO

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, *que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”*, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011), em seus art. 88 e 89, condiciona a aprovação de proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei ou medidas provisórias, que instituem ou alterem tributo, à apresentação de estimativas desses efeitos, elaboradas ou homologadas por órgão da União, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2012 a 2014, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria. As proposições legislativas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial deverão conter cláusula de vigência de no máximo 5 anos, sendo facultada sua compensação mediante o cancelamento de despesas em valor equivalente.

Ainda em seu art. 88, a LDO 2012 destaca que a remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, assim atender o disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implementadas tais medidas.

Comissão de Finanças e Tributação

O Projeto de Lei nº 1.999, de 2011, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins incidentes sobre operações com águas minerais e águas gaseificadas. Tal proposição gera renúncia fiscal; no entanto, não foi apresentada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nem demonstrado que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e, assim, não foram indicadas medidas de compensação. Além disso, não foi apresentado termo final de vigência. Portanto o Projeto de Lei em questão deve ser considerado inadequado e incompatível financeira e orçamentariamente.

Mostrando-se o projeto incompatível orçamentária e financeiramente, fica prejudicado o exame quanto ao mérito na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna – CFT:

“Art. 10. Nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto.”

Dante do exposto, somos pela incompatibilidade e pela inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 1.999, de 2011, dispensada a análise de mérito, nos termos do art. 10 da Norma Interna desta Comissão.

Sala da Comissão, em 07 de novembro de 2012.

**Deputado JÚNIOR COIMBRA
Relator**